Políticas públicas para a participação e governança colaborativa: um estudo de caso de implementação de auditoria cívica em escolas estaduais

Gabriel Madeira¹

Resumo

O tema da participação e a possibilidade de empoderamento dos cidadãos por meio de seu envolvimento na formulação de políticas são considerados fundamentais para a qualidade democrática. O que se observa é uma proliferação de experiências de formas aprimoradas de baixo para cima e de cima para baixo de engajamento cívico. Este artigo se concentra no “engajamento público”. Analisamos a política de colaboração cívica promovida pelo Estado de Goiás no quadro da governança colaborativa dos comuns escolares, com base no envolvimento cívico e na transparência da governança. Nós nos concentramos na inclusão dessa forma de engajamento público com a análise de um projeto de auditoria cívica, o Estudantes de Atitude, no apoio ao engajamento de alunas e alunos em escolas estaduais. A colaboração cívica surge como uma fronteira nova e interessante na participação aprimorada de cima para baixo. Atualmente, estamos testemunhando algumas mudanças promissoras nos limites da participação e nas práticas cívicas. Em conclusão, argumentamos que a concretude dos projetos de colaboração cívica, como a implementação de auditorias cívicas em escolas, pode aumentar a participação cidadã e melhorar a governança de bens comuns em ambiente escolar.

Palavras-chave: implementação de políticas públicas; auditoria cívica; escola pública; participação

1 Professor de Ciência Política na *Universidade Federal de Goiás* e Pesquisador FAPEG (*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás*).

Introdução

Desde a década de 1990, o tema da participação ganhou destaque nos debates internacionais em relação a pelo menos três questões críticas: a relação entre a democracia representativa e a democracia deliberativa e a possibilidade de empoderamento dos cidadãos por meio de seu envolvimento na formulação de políticas (LAVALLE; VOIGT; SERAFIM, 2016); o papel da comunicação e das mídias digitais na promoção de novas formas de participação (DI GENNARO; DUTTON, 2006; MIN, 2007); e o sentimento de insatisfação com a política e de déficit democrático (MOISÉS; CARNEIRO, 2008; WARREN; SULAIMAN; JAAFAR, 2014).

Ao mesmo tempo, temos testemunhado uma proliferação de experiências de engajamento cívico, divididas em formas de cima para baixo, induzidas pelo estado (que muitas vezes visam experimentar novas formas de governança e foco em processos inclusivos) e abordagens de baixo para cima, que são promovidas pelos cidadãos, às vezes em parceria com instituições públicas. Limitando nossa discussão às formas de participação de cima para baixo, que são definidas como “engajamento público” (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2009), podemos dizer esquematicamente que o debate se concentra em três posições diferentes. Em primeiro lugar, o engajamento dos cidadãos de cima para baixo é considerado uma expressão da política neoliberal, voltada exclusivamente para obter consenso por meio de procedimentos de escuta, redução dos gastos públicos e ampliação da privatização dos serviços públicos (GUARNEROS-MEZA; GEDDES, 2010; HOLZNER, 2007). Em segundo lugar, as experiências de engajamento público são representadas como uma expressão de “governo aberto” com base na difusão da escuta e envolvimento dos cidadãos (ATTARD et al., 2015; MCDERMOTT, 2010). A terceira posição considera a abordagem do engajamento público como uma oportunidade para que o governo e os cidadãos construam novas formas de governança baseadas na participação real e efetiva dos cidadãos, desde que condições específicas sejam realizadas (LEE; THYNNE, 2011). No fundo, podemos perceber atualmente o sentimento de insatisfação com a política e, de forma mais geral, uma perda de confiança do público nas instituições, que são duramente criticadas por não atenderem às necessidades das pessoas (MOISÉS, 2005; MOISÉS; CARNEIRO, 2008). Mais importante ainda, as instituições não são mais confiáveis como protetoras do bem comum (HENRY; DIETZ, 2011).

Programas e projetos no estado de Goiás foram criados recentemente, principalmente dentro de instituições de controle, com o objetivo de fomentar estruturas e espaços para a participação e engajamento cívico. Exemplos incluem

o projeto Educação de Valores, desenvolvido pela 4ª Promotoria de Justiça de Rio Verde²; Agentes da Cidadania³, Embaixadores da Cidadania⁴ e Estudantes de Atitude⁵, desenhados e implementados pela Controladoria Geral do Estado de Goiás; o Projeto Politizar Goiânia⁶, parceria entre a Universidade Federal de Goiás e a Câmara Municipal de Goiânia; o Projeto Politizar⁷, que é um projeto de extensão da UFG com a Assembleia Legislativa de Goiás. Neste artigo me concentro na implementação do Estudantes de Atitude, enquanto outros artigos neste dossiê avaliam ou descrevem outros casos.

A escolha deste estudo de caso depende de vários fatores. Os modelos de auditoria cívica têm se mostrado como um exemplo de governança colaborativa dos bens comuns em escolas de diferentes estados brasileiros. É uma experiência seminal; foi implementado em Goiás, em 2019, com um grau de implementação suficientemente grande para fornecer elementos que pudessem ajudar na avaliação do que foi alcançado até agora, juntamente com percepções para o desenvolvimento futuro desta forma de governança em outras escolas goianas. A colaboração cívica para cuidar dos bens comuns de escolas é uma experiência de relevância. Após o Estudantes de Atitude em 2019 com 100 escolas, mais de 150 escolas goianas adotaram o programa em 2021 sobre auditoria cívica.

Analisamos essas experiências atuais de governança colaborativa de um ponto de vista crítico, procurando evidenciar suas potencialidades e também as situações críticas que podem impactar as políticas e os processos internos da administração pública. Examinamos o escopo do empoderamento do cidadão e o aprimoramento de sua participação, principalmente de estudantes diretamente envolvidos com a política. A estrutura de governança colaborativa envolve o teste de novas práticas cívicas (GILMAN, 2017; NEWMAN et al., 2004). Uma questão importante a ser discutida é quão difundidos e inclusivos são esses processos de engajamento cívico para a existência de um desenvolvimento efetivo da democracia participativa em um ambiente escolar. Outro ponto diz respeito ao papel da comunicação e dos meios digitais na promoção da colaboração cívica entre os cidadãos e as instituições públicas e na transformação dos processos internos à administração pública (incluindo o engajamento e capacitação dos próprios

2 <https://mprenatadantas.wixsite.com/meusite>

3 <https://www.controladoria.go.gov.br/agentesdacidadania/>

4 <https://www.embaixadoresdacidadania.go.gov.br>

5 <https://www.estudantesdeatitude.go.gov.br/2021/>

6 <https://projetopolitizargyn.com/>

7 <https://politizar.al.go.leg.br/>

servidores). Como a literatura demonstra, confiança e eficácia política são questões cruciais que afetam a eficácia de qualquer ferramenta digital que visa fortalecer o engajamento público (PARENT; VANDEBEEK; GEMINO, 2005).

Engajamento público, participação e atuação cívica: uma revisão da literatura

Na representação desses processos de inovação no campo do governo, muito espaço é dado à experimentação de formas de democracia deliberativa, com foco justamente na consulta pública. No entanto, como mostram alguns estudos que analisaram experiências baseadas em arenas deliberativas (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2010), parece haver pouca variação nos diversos cenários a respeito desses espaços de debate e discussão aberta emitidos pelas instituições, tanto ao nível das modalidades e ferramentas utilizadas, como ao nível do impacto na capacitação dos cidadãos que estas iniciativas podem ter. Podemos encontrar críticas semelhantes na literatura internacional. Esquemáticamente, podemos dizer que existem duas principais situações críticas: a seleção das pessoas a serem envolvidas, com o risco de entrar em contato principalmente com cidadãos ativos e informados (BARNES; NEWMAN; SULLIVAN, 2006) com bom nível de escolaridade, deixando de fora os grupos mais vulneráveis, também por falta de capital cultural e habilidades específicas (BOBBIO, 2003) - portanto, a inclusão acaba excluindo indivíduos vulneráveis, confirmando ainda mais as desigualdades entre os cidadãos; falta de compromisso explícito das instituições proponentes em levar em consideração os resultados da consulta na definição de políticas públicas (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, 2010) - em alguns casos, os estudiosos afirmam uma espécie de “pseudo-participação” destinada a disciplinar a energia cívica dentro da esfera política restritiva do espaço administrado. Este é um aspecto que pode reforçar a desconfiança dos cidadãos em relação à credibilidade das instituições e ao valor e significado da participação cívica.

Uma questão central diz respeito ao papel dos meios de comunicação, que são potencialmente capazes de dar visibilidade e voz a essas expressões de cidadania. O cenário é complexo, principalmente no que se refere às mídias digitais, contra as quais os referentes institucionais parecem ter uma opinião às vezes condicionada por uma ideia estereotipada sobre o cidadão. Não há dúvida de que a mídia digital desempenha um papel significativo na redefinição do papel dos cidadãos nas políticas locais (GILMAN, 2017; PARENT; VANDEBEEK; GEMINO, 2005). Nesse sentido, o estudo de caso que propomos para uma reflexão sobre a governança

colaborativa goiana é particularmente interessante: a Controladoria Geral do Estado de Goiás investe significativamente nos meios digitais para promover a colaboração com e entre os estudantes, indo além de um mero “engajamento informacional”.

Governança colaborativa para o cuidado dos comuns e a educação cidadã: o cenário goiano e o estudo de caso do *Estudantes de Atitude*

A experiência goiana de governança colaborativa em bens comuns escolares pode oferecer percepções interessantes sobre o desenvolvimento recente do engajamento público. Em parte, confirma a existência de alguns problemas relativos à participação cidadã e às potencialidades das tecnologias digitais, mas, ao mesmo tempo, traz novos e outros elementos sobre os quais podemos refletir.

Em 2019, a Controladoria Geral do Estado de Goiás foi a primeira a adotar um programa que incentivava alunas e alunos da rede pública estadual de escolas a auditarem a infraestrutura escolar com o projeto Estudantes de Atitude (dora-vante, EA). O EA visa permitir a colaboração entre as escolas e a CGE-GO, promovendo a aplicação do princípio da “auditoria cívica”. “É uma competição entre escolas da rede pública do Estado de Goiás através do método de gamificação, que estimula práticas relacionadas à transparência, controle social, voluntariado e prevenção a corrupção” (ESTUDANTES E ATITUDE, 2021). O objetivo principal do projeto é “(...) fomentar a cidadania e a participação social dos alunos da rede pública, transpondo esses conceitos para uma realidade prática e divertida”.

A fim de permitir uma aplicação eficaz do EA, a CGE-GO desenvolveu prontamente um instrumento administrativo específico para guiar a implementação da auditoria cívica, “Auditoria Cívica - Manual da Atividade”. O seu objetivo principal é regular a colaboração entre os alunos, professores e a administração para os bens comuns escolares específicos, com a intenção de que todos os espaços escolares sejam auditados pelos estudantes. Por “bens comuns escolares” aqui significamos os bens, tangíveis, intangíveis e digitais, que os estudantes, professores e a administração do projeto reconhecem como funcionais ao bem-estar coletivo no ambiente escolar.

O Estudantes de Atitude de Goiás tornou-se um ponto de referência para todas as experiências subsequentemente desenvolvidas em nível nacional⁸. Isso não se deve

8 O Governo Federal incorporou a iniciativa e “a edição de 2021 será executada nos estados de Rondônia, Santa Catarina, Goiás e Espírito Santo pelas respectivas Controladorias-Gerais Estaduais e Secretarias de Controle e Transparência” - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/estudantesdeatitude>.

apenas ao fato de ter sido o primeiro modelo de auditoria cívica a ser adotado em ambiente escolar, mas também ao fato de sua aplicação prática ter evoluído significativamente. Defendemos que este sucesso deve ser avaliado com base na sua interação com outras políticas coerentes que foram recentemente realizadas no campo da participação cívica, tanto em locais físicos como digitais. Referimo-nos aqui ao Ecossistema de participação cidadã em Goiás. Por fim, devemos levar em consideração o papel das culturas cívicas como condições culturais que afetam a eficácia das ações de engajamento público. O estado de Goiás é caracterizado por uma ampla camada de associações cívicas que possui um nível intermediário de civismo (Civis, 2019).

O ecossistema de participação cidadã em Goiás é influenciado pela sua organização mista, moldando a participação em espaços físicos e digitais, e pela implementação local de uma agenda de transparência e controle social. A CGE de Goiás aprovou um conjunto de orientações que propõe a adoção desta agenda em 2019 e abriu um processo de participação, que foi oferecido *online* e *offline*. A implementação desta agenda foi facilitada por um contexto local favorável, em um cenário nacionalmente desfavorável. A CGE decidiu investir no redesenho e repensar sua rede cívica, no quadro das diretrizes do controle e participação social e transparência. Este processo culminou com este ecossistema, que incluía três projetos: além do Estudantes de Atitude, que tem uma função principalmente informativa e de engajamento de estudantes com bens públicos, hospeda um espaço cívico digital, o Embaixadores da Cidadania⁹, em parceria com a Universidade Federal de Goiás e voltada a formação, e o Agentes da Cidadania centrado na indução da participação cívica, colocando cidadãs e cidadãos em contato com mecanismos de participação¹⁰.

Perguntas de pesquisa e métodos

Levando esses aspectos em consideração, iremos agora abordar os seguintes problemas:

- Como as políticas de colaboração cívica, como a auditoria cívica em escolas, (re)concebem e moldam a participação dos cidadãos?
- Que tipo de ecologia de comunicação caracteriza este campo de engajamento público? Que tipo de papel a administração pública atribui à auditoria cívica para aumentar o engajamento e a participação dos estudantes?

9 ““Embaixadores da Cidadania”, certificação cidadã realizada em parceria com a UFG. Mais de 180 cidadãos receberam o diploma de Embaixador e cerca de 160 projetos de impacto social foram gerados em diversas temáticas como transparência, controle social, saúde, educação e outras” - vide Lynn (2021).

10 Idem.

Pretendemos abordar essas questões na perspectiva da administração pública, por meio das narrativas dos servidores públicos e com base em nossa observação do processo de implementação do EA do segundo semestre de 2020 até o momento da redação deste artigo. A pesquisa inclui a análise de documentos, relatórios e dados preparados pela CGE-GO, juntamente com a observação da interação dos implementadores com as escolas participantes. Por fim, em 2020 analisamos os depoimentos de funcionários da administração pública que estiveram principalmente envolvidos na implementação do EA sobre a auditoria cívica e no desenvolvimento da comunicação com as escolas.

Pretendemos abordar a perspectiva das alunas, dos alunos, das professoras e dos professores na próxima fase de nossa pesquisa.

Resultados

Para implementar o Estudantes de Atitude, a Controladoria Geral do Estado de Goiás, com o apoio da Secretaria de Educação de Goiás, estabeleceu uma rede de escolas estaduais em todas as regiões do estado, cada uma das quais estabeleceu uma equipe composta de professores e alunos para envolver estes jovens com os bens públicos escolares na auditoria cívica e no engajamento em um projeto de resolução de problemas.

Com o apoio da CGE-GO e da SEDUC-GO, empregamos pesquisa participativa para envolver jovens e professores em um estudo com as escolas selecionadas.

O Estudantes de Atitude é conduzido de acordo com os princípios da pesquisa participativa baseada na comunidade. Cada escola forma uma equipe de alunas e alunos que conduzirá a auditoria cívica dos espaços escolares para documentação e redação de um relatório.

No mínimo 40 estudantes de cada escola, do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, formam times que executam a auditoria. Existe uma dinâmica específica, com várias perguntas que visam levar os estudantes a entender a realidade na qual estão inseridos. Como consequência, é esperado que a auditoria produza um retrato da situação da escola. O relatório feito pela equipe é utilizado para chamar a comunidade escolar para um desafio. Este desafio, fruto da auditoria cívica, é um projeto de transformação escolar que cada time/escola se incumbe de realizar para lidar com um problema da escola.

Embora o levantamento seja ainda insuficiente para tirar conclusões gerais, as seguintes observações sobre o levantamento de novas vozes são possíveis

Primeiro, estudantes e professores participaram de fato da auditoria cívica. Em escolas economicamente frágeis, cujos docentes em sua maioria não tinham

experiência prévia com o EA, eles recrutaram alunas e alunos, formaram equipes e coletaram informações. A vontade de participar contrasta fortemente com as imagens populares que temos de jovens, problemáticos e desinteressados.. Pelo contrário, eles estavam dispostos e eram capazes de participar.

Nossa observação - com base em relatórios finais, consultas, visitas aos locais, reuniões entre locais e comunicações regulares - foi que a participação teve efeitos positivos sobre os avaliadores, que receberam treinamento e ganharam nova experiência; e nos participantes jovens, que desenvolveram conhecimentos substantivos, habilidades práticas e competências cívicas. Quando os jovens faziam seus próprios questionamentos sobre os espaços escolares, além das perguntas do manual, reuniam suas próprias informações em vez de aceitar acriticamente as dos outros e formularam sua própria estratégia em vez de permanecer com o *status quo*, isso os beneficiava e também suas escolas e as comunidades de que faziam parte.

Cada equipe coletou informações e entendeu as descobertas à sua maneira. Uma jovem de 14 anos relatou que o EA facilitou seu acesso às informações e a novas experiências com a escola. Ela disse que podia “ver o que estava acontecendo” na escola de maneiras que contrastavam com as percepções dos professores. Uma professora confirmou que o conhecimento de alunas e alunos sobre o papel da escola se tornou mais acessível aos participantes: “As crianças vão trazer à tona as tensões e contradições que os adultos podem perceber, mas não criar.”

Em segundo lugar, a auditoria cívica foi facilitada pela estrutura organizacional e processos contínuos de planejamento e organização. Cada escola tinha uma professora ou professor baseado na escola que assumia a responsabilidade principal e trabalhava com uma equipe de auditoria. Os alunos-autores eram diversos nas suas características e nenhum deles possuía formação profissional ou competência técnica específica para atividade. Todos eles, no entanto, eram geralmente de sequências diferentes que trabalharam bem com colegas de outras turmas e construíram pontes intergeracionais.

Terceiro, as auditorias começaram com problemas do mundo real e acreditaram no potencial para encontrar soluções. Esperava-se que documentassem aspectos físicos e materiais como parte regular do projeto, mas também viam a auditoria como uma ferramenta prática para abordar uma série de questões que surgiram de suas experiências cotidianas na escola, incluindo discriminação racial, justiça ambiental, acesso a livros, estruturas de esporte inadequadas, e liberdade de expressão. Seu trabalho não era acadêmico, mas motivado por problemas da vida cotidiana.

Quarto, os alunos-audidores desenvolveram o conhecimento como uma “ferramenta de ação”. Em uma escola, por exemplo, eles estudaram uma proposta para um programa de saúde mental, usaram as conclusões em atividade e palestras com profissionais da área e convenceram os funcionários a “abraçarem” a proposta. Em outra, pesquisaram formas alternativas para a criação de uma biblioteca, avaliaram padrões de administração e chegaram à conclusão que o melhor modelo para a escola seria uma biblioteca auto-gerida.

Essa orientação de ação teve efeitos nos alunos e suas comunidades escolares. Novas ideias aumentaram a interação intergeracional e afetaram a cultura organizacional de maneiras observadas.

Desafios

Existem obstáculos para a participação dos jovens na auditoria cívica em escolas como no projeto Estudantes de Atitude, resultantes tanto de suas circunstâncias distintas quanto da condição geral dos jovens na sociedade.

Por exemplo, é difícil envolver estudantes neste trabalho da comunidade escolar se eles estiverem condicionados ou predispostos a perceber que o engajamento é um processo negativo ou mesmo punitivo, que requer formação, e que deve ser feito por técnicos especialistas e não pelos próprios alunos.

As habilidades das escolas para montar um amplo esforço de auditoria são restringidas por seus recursos financeiros, tamanho da equipe e tempo limitados, e essas restrições são intensificadas quando os jovens participam. É preciso recursos para negociar com escolas e outras burocracias para agendar reuniões que sejam mutuamente convenientes para elas e os órgãos públicos envolvidos.

O EA não fornece recursos para a execução dos projetos baseados em problemas. Embora as auditorias cívicas baseadas nas escolas desejassem aumentar a participação, tinham poucos recursos financeiros e poucos funcionários para compartilhar essa responsabilidade. Alguns membros da equipe expressaram solidariedade e ajudaram quando necessário, mas os alunos estavam relativamente limitados em suas propostas. Não que essas instituições públicas não apoiassem a participação dos alunos na resolução de problemas

As instituições implementadoras trabalham em estreita colaboração com os jovens e são seus aliados na criação de mudanças na comunidade. Mas se, e quando a “participação dos jovens” e na “resolução de problemas” não são prioridades, as barreiras se multiplicam.

Portanto, não é surpresa que os jovens não se considerem um grupo que deve participar ativamente da auditoria cívica e da proposta de uma solução.

Alternativamente, eles podem até querer tomar a iniciativa, mas não têm certeza de como proceder, ou podem tomar a iniciativa, mas não têm recursos para seus esforços.

Os obstáculos são uma parte normal do processo de mudança e é esperado que afetem qualquer tentativa de aumentar a participação dos jovens na governança de bens comuns escolares e proposta de resolução de problemas. Pode-se esperar o surgimento da participação dos jovens nestas frentes, bem como as atitudes dos jovens sobre si mesmos que são moldadas pelo mundo adulto em que vivem.

Apesar dos desafios, no entanto, houve fatores que contribuíram para a participação dos jovens no Estudantes de Atitude. Por exemplo, a auditoria cívica foi facilitada por um ou mais professores baseados na escola, que tinham a responsabilidade primária pela avaliação e que trabalharam com uma equipe para facilitar o processo. Outros fatores importantes incluíram ter líderes de jovens que trabalharam de forma eficaz, e ter aliados adultos - como membros da equipe, pais ou professores - que estavam comprometidos com a participação dos alunos e os abraçaram, dando-lhes tempo, respeitando suas ideias e encorajando seus esforços.

Discussão e conclusão

A auditoria cívica surge como uma fronteira nova e interessante na participação dos cidadãos, particularmente jovens em ambiente escolar, aprimorada de cima para baixo nas políticas locais, mas temos que reconhecer que existem algumas questões críticas e que mais pesquisas são necessárias, também de uma perspectiva comparativa, assim que mais de um projeto começa a implementar políticas colaborativas de maneira consistente no campo dos bens comuns escolares.

Uma questão central na literatura é a real inclusão do engajamento público possibilitado pelas tecnologias digitais. Como os cidadãos colaborativos, estudantes primordialmente, são alcançados e como eles são selecionados ou auto-selecionados? Eles são indivíduos ou grupos já incluídos em redes relativamente fortes permitindo-lhes interceptar recursos, contatos, oportunidades e assim por diante? Essa possibilidade pode trazer algumas dúvidas quanto à sua capacidade de representação na definição de instâncias e práticas de cidadania ativa. Ao mesmo tempo, enfraqueceria a eficácia das políticas de colaboração cívica no aumento da confiança na administração.

Em nosso estudo de caso, estamos testemunhando algumas mudanças interessantes na forma da participação cívica - pelo menos no que diz respeito a limites, práticas e competências. A colaboração cívica tem permitido alargar as oportunidades de participação, tanto em termos de quantidade como de qualidade, incluindo indivíduos, grupos e também questões antes não envolvidas. Trata-se,

sobretudo, de cidadãos vulneráveis, que em alguns casos são antes destinatários de políticas do que membros ativos em suas formulações. Notamos o surgimento de modos não familiares e inovadores de ativismo cívico, menos formalmente organizado e mais comunitário.

Esta mudança na participação cívica na governança escolar, possibilitada pelo EA e apoiada pela Secretaria de Educação e pela Controladoria Geral estaduais em Goiás, é claramente uma expressão de mudanças sociais e culturais mais amplas e é consistente com o debate internacional sobre a participação política e cívica nas democracias contemporâneas. Cidadãos colaboradores não são apenas engajados (DALTON, 2008). Eles também podem ser uma expressão de um individualismo em rede reconfigurado pelo novo ambiente de mídia social, moldando a participação nos espaços públicos principalmente pelo aumento de recursos acessíveis para o engajamento cívico (OKADO; RIBEIRO, 2020). O desafio de projetos como o EA é apoiar ainda mais essa mudança, promovendo ações conectivas - típicas no campo da política - em uma colaboração cívica bastante incontestável nas políticas escolares.

Nesta lógica conectiva, tomar uma ação pública ou contribuir para um objetivo comum torna-se um ato de expressão pessoal e reconhecimento alcançado por meio do compartilhamento de ideias ou ações em relacionamentos de confiança. Os estudantes não requerem um clube, um partido ou uma estrutura ideológica compartilhada para fazer a conexão, apenas as suas escolas.

Precisamos enfatizar que o engajamento público nos bens comuns escolares em Goiás não é precisamente dirigido a cidadãos independentes e de interesse geral, como é o caso de muitos experimentos de democracia digitais como em outros casos. O EA tem em mente uma cidadania cada vez mais conectada, mas comprometida com seu ambiente social local. Resta saber se esse desenvolvimento também representa um aumento crescente da participação em um quadro pós-escola. Perguntamo-nos se isso pode enfraquecer em vez de fortalecer a capacidade de produzir políticas públicas abrangentes e inclusivas.

A colaboração cívica envolve novas práticas, que são bastante incontroversas e mais individualizadas, e requer novas habilidades, que são influentes na inclusão do engajamento público. A interação cívica em um local como a escola pública reforça a necessidade de competências comunicativas e requer capacidades de responsabilização e engajamento de uma comunidade que está monitorando e avaliando as propostas dos cidadãos na interação entre pares. Os cidadãos que possuem tais competências, que não eram tidas como certas em processos semelhantes de cidadania ativa, terão o privilégio de ter acesso a

oportunidades e recursos de colaboração cívica. Por fim, alunas e alunos ativos que não possuem conhecimentos adequados de informática e Internet são privados do engajamento e das interações que ocorrem no projeto.

Em conclusão, podemos dizer que a experiência do EA de governança colaborativa destaca um processo de engajamento cidadão a partir da escola que amplia as fronteiras da participação cívica na governança local, através da valorização das vozes dos estudantes e da construção de práticas cívicas focadas no conceito do bem comum. O cenário que se apresenta é complexo e incerto: se estamos claramente para além do modelo de “engajamento informacional”, o contexto parece, no entanto, ser o de um “cidadão monitorial” que monitora, avalia e sugere, mas tem poderes de decisão reduzidos.

Referências Bibliográficas

ATTARD, J. et al. A systematic review of open government data initiatives.

Government Information Quarterly, v. 32, n. 4, p. 399–418, 1 out. 2015.

BARNES, M.; NEWMAN, J.; SULLIVAN, H. Discursive Arenas: Deliberation and the Constitution of Identity in Public Participation at a Local Level. **Social Movement Studies**, v. 5, n. 3, p. 193–207, 1 dez. 2006.

BOBBIO, L. Building social capital through democratic deliberation: the rise of deliberative arenas. **Social Epistemology**, v. 17, n. 4, p. 343–357, 1 jan. 2003.

DI GENNARO, C.; DUTTON, W. The Internet and the Public: Online and Offline Political Participation in the United Kingdom. **Parliamentary Affairs**, v. 59, n. 2, p. 299–313, 1 abr. 2006.

GILMAN, H. R. Civic Tech For Urban Collaborative Governance. **PS: Political Science & Politics**, v. 50, n. 3, p. 744–750, jul. 2017.

GUARNEROS-MEZA, V.; GEDDES, M. Local Governance and Participation under Neoliberalism: Comparative Perspectives. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 34, n. 1, p. 115–129, 2010.

HENRY, A.; DIETZ, T. Information, networks, and the complexity of trust in commons governance. **International Journal of the Commons**, v. 5, n. 2, 2011.

HOLZNER, C. A. The Poverty of Democracy: Neoliberal Reforms and Political Participation of the Poor in Mexico. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 2, p. 87–122, 2007.

LAVALLE, A. G.; VOIGT, J.; SERAFIM, L. O que fazem os conselhos e quando o fazem? Padrões decisórios e o debate dos efeitos das instituições participativas. **Dados**, v. 59, p. 609–650, 2016.

LEE, E.; THYNNE, I. Symposium introduction: Dynamics of governance and civic engagement. **Public Administration and Development**, v. 31, n. 2, p. 75–82, 2011.

LYNN, M. **Ecosistema de participação cidadã em Goiás – Controladoria** Disponível em: <https://www.controladoria.go.gov.br/noticias/15536-ecossistema-de-participa%C3%A7%C3%A3o-cidad%C3%A3-em-goi%C3%A1s.html>. Acesso em 15 dez. 2021.

MCDERMOTT, P. Building open government. **Government Information Quarterly**, Special Issue: Open/Transparent Government. v. 27, n. 4, p. 401–413, 1 out. 2010.

MIN, S. J. Online vs. Face-to-Face Deliberation: Effects on Civic Engagement. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 12, n. 4, p. 1369–1387, 1 jul. 2007.

MOISÉS, J. Á. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião pública**, v. 11, p. 33–63, 2005.

MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, p. 1–42, 2008.

NEWMAN, J. *et al.* Public Participation and Collaborative Governance. **Journal of Social Policy**, v. 33, n. 2, p. 203–223, abr. 2004.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Focus on citizens: Public engagement for better policy and services.** [s.l.] OECD Publishing, 2009.

PARENT, M.; VANDEBEEK, C. A.; GEMINO, A. C. Building Citizen Trust Through E-government. **Government Information Quarterly**, v. 22, n. 4, p. 720–736, 1 jan. 2005.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F. P. J. A. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Opinião Pública**, v. 16, p. 446–477, 2010.

WARREN, A. M.; SULAIMAN, A.; JAAFAR, N. I. Social media effects on fostering online civic engagement and building citizen trust and trust in institutions. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 291–301, 1 abr. 2014.